



KULIMAR V

40 Anos das Independências africanas, desenvolvimento artístico e cultural: do passado ao presente, do presente ao futuro

Parte II





FICHA TÉCNICA

Coordenação:

Filimone Manuel Meigos
Isaú Meneses

Editorial

Filimone Manuel Meigos

Revisão de Textos

Marcos Domingos
Madalena Cítia Simbine

Design Gráfico

Victor Sala
Elisio Bajone

Ilustração da Capa

Luis Sozinho

Composição e Design de Capa

Félix Mula
Elísio Bajone
Tiago Marques

Tiragem

500 exemplares

Depósito Legal

020/GABINFO-DEC/2014

ISBN

978989206-3

Edição

Instituto Superior de Artes e Cultura - ISArC
Av. das Indústrias, Machava - Moçambique
Tel. 21748884 - Fax. 21748883
Website: www.isarc.edu.mz
Email: isarc@isarc.edu.mz





A COMISSÃO CIENTÍFICA:

Prof. Doutor Miguel Marrengula - Presidente
Dr. Estevão Malevo - Secretário
Dra. Madalena Cítia Simbine - Secretária
MPH. Vânia Manuel Pedro - Vogal
Dra. Lauché Tiadina Langa - Vogal
Prof. Doutor Leonardo Nhantumbo - Vogal
Dr. Rosendo Mate - Vogal
Dr. Victorino Guatura - Vogal
Dr. Geraldo Mutuque - Vogal
Dr. Luís Sozinho - Vogal





Turismo cultural e diplomacia cultural: contextos e perspectivas

Isaú Meneses

Clélia Gero

Resumo

O debate sobre “Turismo Cultural e Diplomacia Cultural: Contextos e Perspectivas” têm como principal objectivo identificar formas mais eficazes e métodos mais eficientes para optimização do casamento entre a cultura e o turismo, que é indissociável. Assim, procuraremos, apresentar a relação entre o turismo e a cultura; discutir o impacto da cultura e do turismo na economia; propor estratégias para operacionalizar a simbiose entre o turismo e a cultura, tendo em conta as diversas opiniões obtidas por indivíduos que possuem algum conhecimento sobre o assunto em discussão e, por fim analisar a diplomacia cultural de Moçambique. Para materialização do trabalho recorreremos a pesquisa bibliográfica, documental, *brain-storming* e entrevistas. A conclusão a que chegamos foi que tem havido progressos nessas duas áreas, contudo é necessário tomarem-se medidas mais concretas tanto a nível estratégico como operacional para maximizar os benefícios advindos deste acasalamento.

Palavras-Chave: Turismo, Cultura, Turismo Cultural, Diplomacia Cultural



Introdução

“O turismo é um fenómeno social provocado por um agente principal – o turista, que, através de um deslocamento temporário fora de seu local de residência habitual, provoca mudanças culturais e sociais na localidade que escolheu passar um período limitado de tempo. Essa actividade social é considerada hoje como o maior movimento de pessoas que já ocorreu na história da humanidade e por sinal, tende a crescer, provocando, desse modo, novas modificações no ambiente sociocultural global, nacional e local” (Dias, 2008:117).

Dados disponíveis no PEDTM¹¹⁷ (2004) revelam que em 2001 a actividade turística contribuiu com 4.1% do PIB da economia global e empregou 8.2% da população economicamente activa. Em 2002, por exemplo, a actividade turística contribuiu com 1.2% do PIB nacional.

De acordo com os resultados da conta satélite do Turismo de Moçambique, em 2008, bem como em 2010, a contribuição do turismo no PIB foi de 5,6%. Em 2013, o turismo registou cerca de 1,9 milhões de chegadas internacionais, contra pouco mais de 1.7 milhões de chegadas registadas em 2009, o que representa um crescimento na ordem de 15%. Em termos de receitas do turismo internacional, em 2013, registou-se cerca de 223 milhões de Dólares Americanos, contra 196 milhões registados em 2009, o que representa um crescimento na ordem de 14%¹¹⁸.

Relativamente ao tema em debate, é de realçar que, longe das convicções políticas do momento sobre a pertinência e a razão do acasalamento da cultura com o turismo, estes possuem uma relação umbilical incontornável que, escarpelizada, pode produzir efeitos sinérgicos nos benefícios a gerar parte a parte.

Qualquer visitante, entre várias curiosidades que procura satisfazer tem, muitas vezes, a apetência de conhecer a gastronomia, a música, as danças, as condições atmosféricas, os modos de vestir típicos, entre outros, constituindo assim, suas prioridades durante a visita. E por via disso, ele entra em contacto com a cultura local, e não só, daí a relação natural entre o turismo e a cultura.

Como refere Costa et al. (2014:125), “alterações profundas ao nível da oferta e da procura turística, nomeadamente a emergência de novos destinos turísticos com ambientes naturais e culturais bem preservados e turistas mais exigentes, sobretudo no respeitante às condições ambientais, colocam os destinos turísticos maduros perante grandes desafios para manterem a sua capacidade competitiva”.

Mais adiante, o mesmo autor enfatiza a importância dos factores culturais quando afirma que “a degradação da qualidade estética da paisagem cultural dos destinos turísticos é, em alguns casos, tão acentuada que figura entre os factores susceptíveis de influenciar negativamente a competitividade destes destinos (...), pois a qualidade estética da paisagem cultural influencia muito directamente o nível de preços que se podem praticar e o tipo de turistas que conseguem atrair” (Costa, et al. 2014:126).

¹¹⁷ Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004 - 2013).

¹¹⁸ Dados apresentados no XI Conselho Coordenador do Ministério do Turismo. “Turismo como Factor de Inclusão Social, Conservação dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Local”. Mocuba, 15 de Maio de 2014.





Nesta reflexão, constitui principal finalidade atizar um debate que ajude a identificar as formas mais eficazes e métodos mais eficientes para a optimização da simbiose cultura e turismo, a contribuição do turismo cultural e da diplomacia cultural no desenvolvimento socioeconómico e na promoção da identidade e dignidade do país dentro e na diáspora.

Nesta conformidade procuraremos:

- Apresentar a relação entre o turismo e a cultura;
- Discutir o impacto da cultura e do turismo na economia;
- Propor estratégias para operacionalizar o turismo cultural; e
- Analisar a diplomacia cultural de Moçambique, do passado ao presente.

Assente basicamente na abordagem qualitativa, para o efeito, o nosso quadro metodológico será fundamentalmente sustentado pela pesquisa bibliográfica, documental, *brain-storming* e entrevistas.

Discussão em torno dos Principais Conceitos

Do ponto de vista do enquadramento teórico-sociológico, a actividade turística inserisse no conjunto dos diversos tipos de mobilidade social, mais concretamente no da mobilidade horizontal na acepção de Sorokin citado por Ferreira (2013:478) que a define como sendo “mudanças de localização que não incluem qualquer alteração social”

De alguma forma, este tipo de mobilidade social pode também corresponder à chamada mobilidade social geográfica a que Ferreira (2013) se refere, desde que não se perca de vista o aspecto da não verificação de qualquer alteração social, pois, é precisamente neste facto que reside a razão da relação deste tipo de mobilidade social com a actividade turística.

Antes de nos dedicarmos a abordagem heurística da relação cultura e turismo, dediquemos poucos minutos de reflexão sobre os conceitos de Cultura, Turismo, Turismo Cultural e Diplomacia Cultural.

Do latim “*colere*” que significa “cultivar”, o termo Cultura foi-se constituindo em conceito desde os primórdios da humanidade. De entre vários conceitos, podemos rebuscar a construção conceptual de Tylor, citado por Martinez (2001:36) que define a Cultura “como um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Do mesmo modo, de várias discussões havidas também se tem gerado diversas concepções sobre o turismo. Todavia, para efeitos desta discussão assumimos como válida a concepção da OMT¹¹⁹ (2001) segundo a qual “turismo compreende as actividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lu-

¹¹⁹ Organização Mundial do Turismo.



gares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano e superior a um dia, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

A propósito da relação em discussão, somos levados a trazer ao debate, um outro conceito, que quanto a nós resulta da simbiose turismo e cultura – o turismo cultural.

Na acepção de Henriques (2003:50) turismo cultural “perspectiva-se como a actividade que compreende todas as visitas motivadas no todo ou em parte por interesse na oferta histórica, artística, científica (sentido estrito), mas também no modo de vida de uma comunidade, região, grupo ou instituição (sentido lato). É-lhe também, atribuída a capacidade de estimular o desenvolvimento e revitalização de áreas históricas. É por isso que, se diz que o papel da cultura é multifacetado, uma vez que cultura é simultaneamente um recurso, um produto, uma experiência, um resultado”.

Na abordagem que faremos adiante sobre a operacionalização da simbiose em debate, precisaremos de compreender como é que se capitaliza o cruzamento da cultura e do turismo no exterior. Por esta via, se torna incontornável a alusão à Diplomacia Cultural.

A questão da diplomacia cultural do ponto de vista científico e político enquadra-se no debate sobre o poder, no qual se fazem entre outras, distinções entre o poder duro e o poder suave. Nye (2000), igualmente afirma que “o processo de um sistema internacional é determinado por três elementos (i) a sua estrutura (estrutura bipolares tendem a gerar processos menos flexíveis); (ii) o contexto cultural e institucional que envolve a estrutura e determina os incentivos e capacidades de que os estados dispõem para cooperarem; e (iii) o facto de os fins e instrumentos de um estado serem revolucionários ou moderados” (Nye, 2000:44).

O debate sobre a diplomacia cultural inser-se precisamente no segundo elemento dentre os três supra citados ou seja na relação entre o contexto cultural e institucional.

Segundo Dahl citado por Nye (2000:70), o poder “é a capacidade de levar outros a fazer o que eles de outra forma não fariam. Mas quando avaliarmos o poder em termos de alterações do comportamento de outros, temos de conhecer as suas preferências”

A capacidade de influenciar as preferências comportamentais tende a estar ligadas ao recurso de poderes intangíveis, quais sejam a cultura, ideologia e instituições. No fundo isto permite-nos afirmar que a diplomacia cultural corresponderia ao poder suave dos estados. Contudo é importante ter em conta o alerta de Nye quando ele refere que “o poder duro e suave estão relacionados, mas não são a mesma coisa. A prosperidade material torna uma cultura em uma ideologia atractiva e as diminuições no sucesso económico e militar conduzem à dúvida e as crises de identidade” (Nye, 2000:73).

De acordo com Mitchell (1986:2) citado por Teles (2009:9), diplomacia cultural “é a negociação bilateral de tratados culturais, convenções, acordos e programas de intercâmbio cultural”. O mesmo autor, citando CUMMINGS, define ainda diplomacia cultural como algo relacionado “à troca de ideias, informação, arte e





outros aspectos da cultura, entre nações e os seus povos, com vista a promover o entendimento mútuo”.

Como realça Saddiki (2009), a diplomacia cultural não se deve resumir exclusivamente em contar as nossas histórias ao mundo, mas também deve ter em conta o diálogo intercultural e o respeito mútuo.

Relação Heurística entre o Turismo e a Cultura

Segundo Ashworth (1995) citado por Henriques (2003:47), a relação entre turismo e cultura pode materializar-se em três grandes formas:

A primeira forma de relação entre turismo e cultura estabelece-se entre o **turismo e a arte**, consubstanciada no designado **turismo de arte**. Aqui, a cultura incorpora o seu significado original e mesmo popular, evocando a capacidade de uma elite erudita e sensível de compreender e apreciar as grandes obras artísticas e civilizacionais. A título de exemplo desta relação, podemos destacar os museus, as galerias de arte, os espectáculos de música, teatro e dança.

A segunda estabelece-se entre o **turismo e o património monumental** assente no designado **turismo patrimonial**. A cultura assume aqui uma dimensão mais ampla incorporando para além das actividades artísticas, o património histórico construído. A título de exemplo, temos a batalha de Gwaza Muthini que recorda o nome que se deu à batalha de Marracuene que teve lugar no dia 02 de Fevereiro de 1895 contra ocupação colonial portuguesa, a qual se foi reconstituindo ao longo dos tempos, mormente a partir da altura da proclamação da independência, nomeadamente em 1974, 1975 e 1976. As celebrações desta data, vieram a ser retomadas só no dia 02 de Fevereiro de 1994, desde então esta batalha vem sendo reconstituída anualmente¹²⁰.

A terceira forma estabelece-se entre o turismo e um lugar específico (turismo étnico), a atracção turística é entendida como o lugar tomado no seu todo, na sua totalidade, estreitamente associado ao designado “sentido do lugar”, nesta relação podemos considerar como exemplo o seguinte: a atmosfera, a paisagem, a gastronomia, o folclore e o exotismo.

A atractividade de um lugar específico depende muito da forma como estes elementos são tratados enquanto componentes do mesmo.

No dizer de Costa (2014:131), podem distinguir-se três (3) abordagens teóricas na medição da qualidade estética da paisagem, a saber:

- Aquela que diz respeito ao estudo da paisagem como objecto;
- Uma outra que centra a sua análise no factor humano, ou seja, privilegia a investigação dos factores humanos susceptíveis de influenciar a interacção com a paisagem;

¹²⁰ http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/01/gwaza-muthini;j%C3%A1-mexe-com-marracuene.html.

- E por fim, a que congrega a interacção das duas abordagens anteriormente mencionadas, referindo-se ao produto emergente da interacção percentual entre o factor humano e a paisagem.



Fonte: Banco de Moçambique

Tendo em conta o gráfico acima, podemos concluir que não obstante ao facto de estes dados estarem ainda à quem das metas previstas pelo governo, actualmente em Moçambique a actividade turística tem demonstrado uma tendência de recrudescimento. Para uma melhor percepção do fluxo de turistas para o país, e uma adequada actuação turística estratégica, relativamente aos potenciais países emissores, é importante discriminar os países de proveniência dos turistas por forma a identificar e melhor equacionar o tratamento a dar, como abaixo se ilustra.

Gráfico 2: Chegadas Internacionais de Turistas



Fonte: INE/Migração

Tabela 1: Chegadas Internacionais por País de Residência Permanente

Continente/Países	2010	2011	2012	2013	(%) Países/13
África	1.465.793	1.584.095	1.580.523	1.411.327	71,7
África do Sul	946.583	950.941	971.868	872.017	44,3
Malawi	228.583	215.374	264.723	236.385	12,0
Zimbabue	147.06	151.264	198.021	176.823	9,0
Suazilândia	39.016	140.884	64.096	67.007	3,4
Outros Países de África	237.296	125.632	81.815	59.096	3,0
Américas	102.041	106.67	135.488	120.984	6,1
Estados Unidos	61.825	36.228	76.603	68.403	3,5
Outros Países da América	40.216	70.442	58.885	52.582	2,7
Ásia	28.211	33.293	28.661	25.593	1,3
Europa	219.089	284.493	444.506	396.921	20,2
Reino Unido	50.420	70.442	57.322	51.186	2,6
Portugal	25.810	67.214	86.504	77.244	3,9
Alemanha	23.409	11.625	11.985	20.94	1,1
Outros Países da Europa	119.45	135.212	288.695	247.552	12,6
Resto do Mundo	21.009	4.089	16.675	14.89	0,8
Total	1.836.143	2.012.640	2.205.853	1.969.716	100,0

Fonte: INE/Migração

O gráfico e a tabela acima, ilustram o número de chegadas internacionais de turistas. Por um lado, nota-se que Moçambique tem recebido, ainda que de forma diferenciada, visitantes de todos os continentes, por outro, também é notório que este recebe mais visitantes oriundos do continente africano, facto que pode resultar de vários factores, quais sejam:

- Fraca divulgação das nossas atractividades turísticas nos grandes centros emissores de turismo;
- Alguma insipiência na diplomacia cultural;
- Posicionamento longínquo de Moçambique relativamente aos grandes centros emissores de turistas;
- Restrições de movimentações devido a epidemias por parte de alguns países visitantes; e



- Altas tarifas dos transportes aéreos, refira-se, a título de exemplo, que vezes há em que uma passagem aérea de Maputo a Pemba nas Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) custa quase o mesmo que um bilhete Maputo – Lisboa na Transportadora aérea de Portugal (TAP).

Assim, torna-se importante e urgente desenhar estratégias, de modo a encontrar um equilíbrio e incrementar a vinda de turistas de outros continentes.

No que concerne a área da cultura é de referir que, as exportações de bens criativos representavam menos de 1 milhão em 2002 e alcançou 4.5 milhões em 2008. Entretanto, as importações de bens criativos cresceram vertiginosamente de 17.6 milhões de USD em 2002, para 51.4 milhões de USD em 2008. (UNCTAD¹²¹, 2009. p. 34). Portanto, fica claro que a cultura constitui um dos factores importantes para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Operacionalização da Simbiose entre a Cultura e o Turismo

Uma vez feita a abordagem heurística sobre a relação cultura e turismo vejamos agora como é que do ponto de vista prático esta simbiose pode ser maximizada, em busca de desenvolvimento, tanto em cada uma das duas áreas como do ponto de vista global.

Em nossa opinião, a optimização ou maximização desta simbiose passa necessariamente pela forma como equacionamos, como priorizamos e quanto investimos em termos de conhecimento e orçamentação nos seguintes vectores: turismo cultural, indústrias culturais e criativas, diplomacia cultural e o aprofundamento da legislação pertinente.

Relativamente ao primeiro vector (turismo cultural), afigura-se urgente e assaz importante a identificação e aplicação efectiva de mecanismos que permitam a que estâncias turísticas garantam:

- Disponibilização da gastronomia moçambicana nos seus menus, sem a condição de encomenda antecipada;
- Fixação ou exposição de quadros e/ou esculturas cuja as produções versam sobre a realidade moçambicana;
- Em articulação com as estruturas locais, introdução de roteiros turísticos que tenham em conta não só o valor comercial dos locais a serem visitados, mas também e sobretudo, a promoção das identidades locais e nacionais, a história e os marcos suigéneris; por exemplo lago Niassa, o Monte Cabeça de Velho, Muralha de Manyiken; e,
- Realização de espectáculos musicais com artistas que cantam basicamente música moçambicana.

Esta questão levanta um outro problema no que concerne ao conceito de música

¹²¹ Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.





moçambicana, (o que é). Na verdade, vários tem sido os debates levados a cabo quer nos diversos mídias, quer em encontros formais e informais não mediatizados. Todavia, ainda não tem havido reflexões científicas que possam trazer consenso do ponto de vista de conceito. Em nossa opinião, a música moçambicana pode ser entendida como a combinação artística de sons agradáveis ao ouvido que inclua o ritmo, uma linha melódica e/ou temática com algum traço culturalmente identitário de Moçambique. Ou seja, não basta que uma certa música seja interpretada por um moçambicano para ela ser moçambicana, pois não se pode compreender que alguém executado em português ou numa língua qualquer um fado se assuma que essa música é moçambicana só porque foi interpretada por um moçambicano. É importante clarificar-se que uma coisa é música moçambicana e outra é música feita e/ou executada por moçambicanos, o que pode não ser necessariamente a mesma coisa.

Estas incitativas remetem-nos á necessidades de promoção de locais turísticos criativos, por analogia às cidades criativas.

Como refere Ferreira in Costa et al. (2014:89), “em todas as épocas, desde a antiguidade clássica, surgiram cidades criativas (Antenas, Florença, Veneza, Roma, Paris e Barcelona)” (...) apesar desta experiência ser de tempos remotos, não há dúvidas que ainda se mostra relevante e actual para os contextos cultural e geograficamente diversos.

Como enfatiza o autor acima citado (...), “de facto, desde há cerca de 20 anos, muitas cidades dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Austrália e do Canadá têm vindo a adoptar políticas urbanas de regeneração, focadas na criação de bairros culturais”.

A experiência de sedes de grupos dinamizadores que outrora serviram de epicentro de actividade política, pode ser extrapolada para a criação de centros culturais dos bairros como novos epicentros de actividades turístico cultural e de promoção de patrimónios e identidades culturais, a nível micro. Isto permitiria a que cidadãos sem grandes posses para frequentar casas de pastos, restaurantes e discotecas, pudessem usufruir de um lugar de consumo e de auto-realização sociocultural, podendo até interagir com turistas ou outros cidadãos vindos do exterior que por alguma razão não pretendam frequentar a casas comerciais superavitadas.

O segundo vector prende-se com a relação que se deve estabelecer entre o turismo e as indústrias culturais e criativas.

Estas últimas entendidas aqui na acepção de Santos segundo a qual “as indústrias culturais e criativas são aquelas que tem a sua origem na criatividade do individuo, capacidade e talento e com um potencial para produzir riqueza e emprego pela gestão e exploração da propriedade intelectual (Santos, 2007:32).

Na verdade, o que aqui se pretende é basicamente o incentivo da tomada de quatro atitudes fundamentais a saber:

- Mediatização cada vez maior das potencialidades turísticas de Moçam-

bique nos tablóides, nas televisões e nas rádios. Esta mediatização não se deve limitar apenas no carácter comercial, mas também em produtos resultantes do jornalismo investigativo e do patriotismo do cidadão dirigente e/ou colaborador desses mídias;

- Implementação de princípio de quotas nas músicas em formatos áudio e vídeo tocadas pelas rádios e televisões nacionais, privilegiando a produção nacional com conteúdos e estilos ligados a cultura moçambicana;
- Introdução da obrigatoriedade da disponibilização de canais moçambicanos no conjunto de estações de rádio e de televisão disponibilizados pelas estâncias turísticas; e,
- Promoção de lojas de vendas de produtos de arte nos hotéis, a revisão da legislação que condiciona exageradamente a exportação de produtos de arte, bem assim o fomento da arte pública.

Como refere Deutsche (1998:164) citada por Thorn in Pereira e Baptista (2011:44) “como prática corrente nas áreas edificadas, a arte pública contribui para a produção de significados, utilizações e formas na cidade”.

Ao produzir significados, certamente, estes engendrarão elementos da cultura na utilização e nas formas que a cidade tomará e isso atribuirá uma matriz típica aos atractivos turísticos da cidade ou de qualquer outro espaço geográfico do país.

No que concerne ao vector da diplomacia cultural, interessa sublinhar que a actuação do Estado deve estar assente em dois prismas a saber:

- a) A articulação inter-institucional do ministério que tutela a cultura e o turismo, com o dos negócios estrangeiros e as instituições que formam técnicos superiores das áreas das artes e culturas, nas formações e nomeações dos adidos culturais;

Durante muito tempo, pelo menos nos primeiros 35 anos da independência de Moçambique, o conhecimento e o domínio da área da cultura não era o requisito basilar para a designação de funcionários confiados para exercer os cargos de adidos culturais, conseqüentemente, a área da cultura fora do país era gerida com base na curiosidade do que na meritocracia, o que urge corrigir.

Este facto, pode ter produzido um impacto negativo, quer a nível da actuação individual dos adidos, pela qualidade das suas intervenções, tecnicamente aquém do desejável, quer a nível estatal, no dimensionamento do lugar da arte e cultura no processo de planificação estratégica e respectiva orçamentação e no cruzamento da diplomacia cultural, turismo cultural e indústrias criativas e culturais, como factores de desenvolvimento e de promoção das potencialidades do país a nível interno e externo.

- b) O outro prisma igualmente relevante é o da monitoria e apoio de casas de Moçambique, associações, restaurantes e outras formas de representações colectivas e/ou negócios que se dedicam a promover produtos culturais, fora do País. Isto permite ter conhecimento e controlo da forma como está a ser tratada a cultura moçambicana no exterior, quem a



ela adere, de que maneira, com que periodicidade, qual o valor turístico atribuído, quem investe e em que modalidades artístico-culturais.

No entanto, para que todos estes vectores se possam concretizar, há um outro não menos importante: o vector da legislação pertinente, para que grande parte dos procedimentos que referimos acima se possam tornar realidade, a revisão, nalguns casos e noutros, produções legislativas de raiz serão passos absolutamente inevitáveis.

A legislação que aqui se refere, esta ligada por um lado, ao sector da cultura, nomeadamente no que diz respeito a revisão da política cultural, lei dos direitos do autor e produção da legislação sobre as quotas de músicas e programas áudio e vídeo reproduzidos nas rádios e televisões.

Outrossim, na área do turismo e na área das comunicações denotam-se certas fragilidades legislativas que seriam de considerar. É de salientar que, este vector tem a particularidade de ser mais transversal em relação aos outros.

Diplomacia Cultural de Outros Países em Moçambique

Investir na cultura é investir no homem e na sua dignidade, na construção de uma nação e respectiva projecção além-fronteiras. Requer muitos recursos financeiros, muita paciência e perseverança, pois os resultados não são imediatos.

Todavia, quando estes aparecem, trazem a unicidade de compreensão e interpretação do seu país e do mundo, a auto-estima, a unidade na diversidade e o orgulho de um povo. Em suma, os resultados constituem *per si* a razão de ser de um povo, motivo de um alto sentido patriótico e uma identidade nacional sólida e inquestionável.

Nesta reflexão, pretendemos analisar e compreender quais os primeiros passos e como Moçambique se serviu da diplomacia cultural à luz da sua política cultural e não só, no quadro da construção e promoção da sua identidade nacional dentro e fora do seu território.

A iniciativa de investir na cultura como factor de desenvolvimento e moeda de troca de imagens e de valores de uns países para com os outros, remota dos primórdios do século XX como atestam experiências de outros países.

A França “inaugurou sua política cultural externa em 1909, quando o ministério de Negócios Estrangeiros da França criou a Oficina de Escolas e Obras francesas no estrangeiro para coordenar sua acção cultural no exterior” (Soares, 2008:55).

Biondo (2012:15) citado por Mitchell (1986:35) afirma que, a França sempre teve a capacidade de perceber os elementos culturais, entre eles a literatura, línguas, artes, arquitectura e desporto.

É na sequência deste entendimento e atitude que a 13 de Julho 1995, a França estabelece em Moçambique o Centro Cultural Franco Moçambicano numa cerimónia testemunhada por Pascoal Mocumbi enquanto Primeiro-ministro de



Moçambique e o embaixador da França em Moçambique Didier Destremeau¹²².

Este centro focaliza-se num conjunto de actividades que se resumem no estímulo do intercâmbio regional, operando como um instrumento de desenvolvimento cultural do país, através do apoio que direcciona ao artistas moçambicanos emergentes, facultando-lhes influências estéticas e técnicas artísticas, bem como a sua inserção nas redes profissionais¹²³.

No contexto mundial, “foi no início do século XX que outros países foram aos poucos seguindo o exemplo da França: a Grã-Bretanha e a Itália no período entre guerras, o Canadá e os Estados Unidos principalmente após a segunda grande guerra, a República Federal da Alemanha e o Japão a partir da década de sessenta, actualmente todos os países dedicam uma parte dos seus recursos humanos e financeiros na promoção da sua cultura além fronteiras” (Ribeiro, 2011:68).

Segundo Biondo (2012:15), os britânicos iniciaram a sua política cultural no ano de 1930 e não seguiram os mesmos objectivos franceses, de construir uma política cultural sólida, mas sim uma política cultural voltada para combater a propaganda contrária ao país.

Soares (2008:55) refere que, em 1934, a Inglaterra criou o *British Council*, peça mestre da difusão da cultura britânica. Este tinha como objectivo promover um amplo conhecimento do Reino Unido por meio da cooperação cultural, educativa e técnica. Na actualidade, o *British Council* orienta suas acções, principalmente, para o Oriente Médio, onde as relações culturais podem significar uma importante contribuição para a prosperidade e segurança do Reino Unido.

Ribeiro (2011:77) acrescenta que, as funções do *British Council* vão desde o ensino da língua e a formação de professores de Inglês, ao intercâmbio académico e profissional no campo da ciência, das artes e da tecnologia. Sua política cultural tem a base em três organismos: Centro de Informação Oficial (COI), Corporação de Emissores Britânicos (BBC) e o Conselho Britânico (BC).

No quadro da sua expansão pela África, sessenta e cinco anos depois da sua criação isto é em 1989 a *British Council* instala-se em Moçambique. Aqui, as suas actividades cingem-se basicamente na promoção e ensino da língua inglesa (*British Council*, 2016).

Os Estados Unidos da América iniciam a sua participação directa em campanhas de divulgação no exterior nos anos de 1938 e seu alvo foi a América Latina, cuja lealdade, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, era importante preservar ou conquistar. Data desse ano, a criação da Divisão das Relações Culturais do Departamento de Estado, cuja responsabilidade passava pelo intercâmbio entre professores e alunos à diversas formas de cooperação cultural e intelectual nos campos da música, literatura e artes plásticas. (McMurry et al citado por Ribeiro, 2011:79).

¹²² <http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-ensino/atribuicoes-no-dominio-da-lingua-e-cultura>.

¹²³ Ibid



Actualmente, particularmente em Moçambique, os Estados Unidos da América têm executado a sua diplomacia cultural por via da Escola Americana e o Centro Cultural Americano.

Algo curioso e digno de realce tem a ver com a instalação do Centro cultural dos Estados Unidos da Americana. Segundo os dados colhidos¹²⁴, o Centro Cultural Americano iniciou as suas actividades no país em 1983. Por sinal, o primeiro a instalar-se em Moçambique numa altura em que este era gerido por um regime mono-partidário com uma economia centralizada e ligada ao bloco socialista. Mais ainda, os EUA antecipa-se a instalar o seu centro cultural 13 anos relativamente a Portugal que por sinal fora país colonizador relativamente a Moçambique.

O Centro Cultural Americano tem como objectivo criar um intercâmbio cultural entre os Estados Unidos da América e Moçambique através da sua biblioteca que dispõe de material sobre os EUA e através do ensino da língua inglesa e promoção do cinema americano, dança contemporânea, entre outras actividades. Eles trazem e levam artistas, músicos e académicos dos EUA para Moçambique e vice-versa, para troca de experiências. De salientar que este centro oferece todos os cursos de forma gratuita e tem representações nas províncias de Nampula, Beira e Chimoio onde oferece os mesmos serviços.

Outro país que também tem prestado particular atenção na promoção da diplomacia cultural é Portugal cuja diplomacia cultural desenvolve-se essencialmente por duas vias: a das Escolas Portuguesas e a do Instituto Camões, o quão engendra centros culturais portugueses.

Em Moçambique, o Instituto de Camões iniciou as suas actividades em 1996, e este opera articulando três divisões estruturais, a saber:

- Biblioteca e Centro de Recursos: atendimento aos leitores, apoio à formação de técnicos documentalistas moçambicanos, visitas de estudo e apoio bibliográfico pontual;
- Animação Cultural e Galeria: exposições de artistas plásticos locais e portugueses, palestras/painéis (conferências), lançamento de livros, mesas redondas, exposições documentais, organização de espectáculos musicais, cooperação e apoio técnico a organizações e associações culturais moçambicanas e portuguesas, entre outras; e, por fim
- Direcção e Serviços Administrativos¹²⁵.

Um outro país de língua oficial portuguesa que por sinal se situa no continente americano, mais concretamente na América do Sul é o Brasil, que iniciou a sua actividade através da instalação do Centro de Estudos Brasileiros em Maputo. Na sequência do acordo de cooperação assinado entre Brasil e Moçambique a 27 de Novembro de 1989, nasceu o Centro de Estudos Brasileiros, inaugurado pelo então ministro da cultura do Brasil, José Aparecido de Oliveira, que acabou ficando como o patrono do centro.

¹²⁴ Dados obtidos através da entrevista efectuada ao director do Centro Cultural Americano.

¹²⁵ <http://www.instituto-camoes.pt/centros-culturais/root/cultura-externa/centros-culturais/ccp-maputo>.





A reconsagração deste centro com a designação do Centro Cultural Brasil - Moçambique, aconteceu a 17 de Outubro de 2008, a quando da visita do então presidente da República Federal do Brasil Luís Inácio Lula Da Silva.

Esta Instituição, que foi concebida como um espaço cultural a serviço da divulgação e da promoção da cultura, não apenas do Brasil, mas também de Moçambique e dos demais países africanos, veio conferir uma dimensão concreta ao projecto de integração cultural afro-brasileiro e inter-africana¹²⁶.

Outro facto curioso, tem a ver com a Alemanha. Moçambique depois da proclamação da sua independência a 25 de Junho de 1975, privilegiou nas suas relações diplomáticas, políticas e económicas a República Democrática da Alemanha (RDA), para onde enviou um número considerável de estudantes para a formação em cursos diversos. No entanto, só 31 anos depois é que o Instituto Cultural Moçambique Alemanha (ICMA) se instala em Moçambique, isto é em 2006, a partir da Associação de Amizade Moçambique e Alemanha (AAMA)¹²⁷.

Este Instituto tem como principal objectivo a promoção da cultura alemã e intercâmbio cultural Moçambique e Alemanha através do ensino das línguas alemã e changana, projecção de noites de filmes alemães, concertos musicais, entre outros (ICMA, 2016).

Aqui, há que destacar uma particularidade relativamente a este instituto que é a da promoção de uma língua moçambicana (o Xichangana) o que pode corresponder ao interesse de manifestação da reciprocidade cultural, de forma diferenciada relativamente aos outros.

Certamente, haverá muitos outros centros e/ou instituições de diplomacia cultural estabelecidos em Moçambique. A escolha das instituições aqui apresentadas foi de alguma forma aleatória, não obstante ao facto de também se ter tido como critério importante as razões históricas existentes entre Moçambique e alguns países, quais sejam Portugal e Alemanha.

Contudo, um facto nos inquieta neste debate: como tem sido manifestada de forma concreta a reciprocidade desta relação biunívoca, no que toca a criação e funcionamento de instituições de diplomacia cultural moçambicana nesses países e não só?

Para tanto, há que ver antes qual a trajectória da diplomacia cultural de Moçambique nos últimos 40 anos.

Diplomacia Cultural de Moçambique

O interesse de usar a cultura como meio de divulgação de imagens, informações políticas, económicas e sociais para o exterior do território, sempre se manifestou já desde a luta de libertação nacional de Moçambique. É assim que ainda no âmago da luta se reservava tempo para o desenvolvimento de grupos culturais compondo cânticos e poetas escrevendo sobre a luta e outras várias temáticas.

¹²⁶ http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/centro_cultural_brasil-mocambique.xml

¹²⁷ <http://www.goethe.de/ins/mz/mao/ptindex.htm>





Este facto terá provavelmente constituído o alicerce para a dinâmica que depois da proclamação da independência, caracterizou o primeiro governo de Moçambique independente, no campo da cultura.

A diplomacia cultural de Moçambique foi, no nosso entender, marcada por três eixos fundamentais, a saber: o da comunicação social, o da arte performativa e o da representatividade político cultural, sendo este último, aquele em que se inserem as instituições de diplomacia cultural.

Comunicação Social e a Diplomacia Cultural

Em Moçambique, o papel da comunicação social na diplomacia cultural corporizou-se essencialmente por duas vias, a Rádio e a Agência de Informação de Moçambique.

No que diz respeito a rádio, particular destaque vai para Maputo Corridor Radio, rádio esta que corresponde a um corolário de uma longa trajectória, desde 1933 ao presente momento.

Segundo Machado (2002), o processo de criação do Maputo Corridor Radio passou por quatro fases, nomeadamente: Lourenço Marques Radio (LM Rádio) - 1933; Voice of Zimbabwe - 1976; Serviço Externo da Rádio Moçambique (SERM) - 1980 e finalmente Maputo Corridor Radio (MCR) - 1999.

O LM Rádio

Resulta da necessidade da secção de publicidade do então caminhos de ferro de Lourenço Marques a partir de 14 de Abril de 1933 em fazer programas publicitários dirigidos a União Sul Africana (África do Sul). Isto deveu-se aos crescentes pedidos dos ouvintes sul africanos que preferiam o canal moçambicano ao sul africano devido à diversidade agradável da música tocada no canal. A Direcção do Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique (GRCM) decidiu em Outubro de 1935 introduzir uma emissão especial aos domingos.

No dia 2 de Fevereiro de 1947 foi iniciado o projecto de desdobramento de emissões em língua inglesa para passar também emissões em Afrikaans.

Em 1960, a LM Rádio assina um acordo com a SADC para que os programas passassem a ser gravados em Joanesburgo e transmitidos em Moçambique. Ainda em 1960, a LM Rádio passa a transmitir 24 horas em onda curta e durante a noite em onda média.

Como parte das decisões tomadas pelo governo moçambicano depois da proclamação da independência em Junho de 1975, a LM Rádio deixa de ir ao ar no dia 13 de Outubro do mesmo ano.



Voice of Zimbabwe

Na sequência do encerramento de fronteiras ocorrido a 3 de Março de 1976 com a ex-Rodésia do sul e com o regime do apartheid na África do Sul, o governo moçambicano decide lançar uma emissão em Inglês para mobilizar o povo zimbabweano no apoio à luta de libertação do jugo colonial britânico, emissão está a ser orientada por Ian Christie.

Como realça em entrevista, David Abílio “a diplomacia cultural surge em Moçambique como uma estratégia para posicionar o país, pois nessa altura eram vistos como um país radical por causa do encerramento de fronteiras e a ideia era isolar Moçambique de forma política e económica. O governo usa a cultura como uma forma de quebrar essa relação e nos revelar ao mundo”. Daí a necessidade de reforçar as emissões em Inglês que seriam consumidas essencialmente pelos países vizinhos.

O Serviço Externo da Rádio Moçambique (SERM)

Criado em Abril de 1980, como prolongamento do Voice of Zimbabwe, o Serviço Externo da Rádio Moçambique liderado por Ian Chistie, transmitia para a África Austral em onda média e em onda curta e servia essencialmente para promover a luta contra o Apartheid na vizinha África do Sul.

No período entre 1981 e 1990, a programação do SERM era basicamente composta por programas virados à promoção do desenvolvimento de Moçambique depois da independência (ex. Programas Rovuma to Maputo) e críticas ao regime do apartheid (ex. Programa *Sporthlight Southern Africa*).

Maputo Corridor Radio

Em 1990, após a independência da Namíbia e o fim do Apartheid na África do Sul, a direcção da Rádio Moçambique, face a essa nova conjuntura, viu-se compelida a reestruturar o canal em Inglês, o que veio a concretizar-se a 2 de Outubro de 1996 quando passa a transmitir em 105.9 FM e em 918 Kilohertz em onda média.

Com uma equipa constituída por moçambicanos, nomeadamente José Tembe, Charles Manguiro, Manuel Camilo, Evaristo Cumbane, Afonso Campos, Cipriano Ntchenyela e chefiada por Ian Chistie, o canal passa a dedicar-se a promoção do desenvolvimento cultural e económico da região sul de África, especialmente Moçambique.

É a partir daqui que a rádio começa a desempenhar de maneira explícita o papel de diplomacia cultural já que nos períodos antecedentes o essencial estava concentrado na política, não obstante ao facto de sempre se puder entrelinhas veicular algum conteúdo cultural, nem que fosse por via da música.





Por meio desta rádio, também se difundiam informações ligadas ao transporte, negócio, turismo, cultura, música e áreas de investimento em Moçambique. A emissão do Maputo Corridor Radio cobre toda a cidade de Maputo e o segmento do corredor de desenvolvimento até a região sul africana de Witbank.

A segunda via através da qual a comunicação social deu o seu contributo para a divulgação da imagem e cultura de Moçambique é a da Agência de Informação de Moçambique (AIM).

Já em Maputo, após a produção do último número da *Mozambique Revolution* em 1975, Ian Christie colaborou na criação da Agência de Informação de Moçambique (AIM), formando a secção da língua inglesa e criando o boletim noticioso mensal, que hoje continua com o título “*Mozambique File*”.

De referir que tanto a MRC e AIM são órgãos de comunicação social que até hoje divulgam e promovem a imagem de Moçambique no além-fronteiras, veiculando informações de carácter económico, político, social e cultural. (Machado, 2012:29-34).

A Arte Performativa e a Diplomacia Cultural

Sem ignorar as outras modalidades, é de referir que, do ponto de vista de artes é importante realçar que a divulgação do Moçambique cultural no pós independência, se caracterizou pela expedição de grupos artísticos, teatrais e músicas de Moçambique para vários países nos finais dos anos 70.

É caso de destaque a participação de Moçambique no Festival Africano de Cultura (FESTAQUE) em 1997, que se realizou na Nigéria tendo como objectivo a valorização da arte e cultura da África negra.

Neste festival, Moçambique fez-se representar através de um grupo polivalente que levava várias expressões artístico-culturais entre as quais se destacam a dança, o canto coral e o teatro, sob direcção de Gabriel Simbine e Jorge Sília.

Inspirada neste evento, a entidade que superintendia o sector da cultura começou a empenhar-se na organização de vários grupos polivalentes a nível do país, iniciativa que posteriormente, em 1978 se cristalizou a quando da realização do primeiro festival de canto e dança que teve lugar na cidade de Maputo, dando origem ao então Grupo Nacional de Canto e Dança em 1979, o qual deu origem a actual Companhia Nacional de Canto e Dança, em 1983.

Este grupo tinha como objectivo a investigação, a preservação e a difusão das manifestações artístico-culturais.

Ao longo dos tempos, a Companhia Nacional de Canto e Dança foi uma autêntica embaixadora cultural itinerante de Moçambique, pois levou o nome, a arte e cultura de Moçambique para os quatro cantos do mundo, através de exhibições em vários países, como por exemplo Nigéria, Tanzânia, Cuba, Jamaica e Guiana.



Aliás, como refere David Abílio em entrevista “a forma brilhante como a Companhia Nacional de Canto e Dança actuava fora do país fazia com que as pessoas quisessem visitar o país e impulsionou mais investimento”.

À semelhança da Companhia Nacional de Canto e Dança, no campo da música, vários outros grupos desempenharam o papel de promotores da cultura moçambicana além-fronteiras, pode se referir a título de exemplo, aos Grupos RM, K10, Banda Nkuvu, Ghorowane e Djaakas.

A Representatividade Político Cultural

Avaliando pela actuação de Moçambique no ponto de vista de reapresentação política da cultura e representação cultural do país no exterior, o que respectivamente se corporiza pela nomeação de adidos e criação de centros culturais no exterior, constata-se que de alguma forma houve debilidades ou intervenções inconsistentes nos primeiros 40 anos depois da proclamação da independência.

Dois factos sustentam a afirmação supra, o primeiro tem a ver com a forma como os adidos culturais eram indicados, ou seja, sem uma estratégia cultural clara, acumulando por conseguinte a função de adido cultural que aparecia aparentemente como primária enquanto na verdade era secundária que se acumulava a uma outra que era de facto de nomeação primária. É exemplo disso, a indicação de um representante do Ministério do Comércio, numa embaixada para desempenhar cumulativamente a função de adido cultural como aconteceu nos anos 80 em Portugal.

O segundo facto está ligado à não existência da regulamentação dos centros culturais de Moçambique e outras formas de representação e difusão da cultura de Moçambique no exterior. De referir que a política cultural de Moçambique e Estratégia de Sua Implementação no ponto 7.3 reza:

“A cooperação entre os povos e nações permite a troca de experiências, um melhor conhecimento e respeito mútuos. Por isso, a cooperação cultural desempenha um papel fundamental na expansão e desenvolvimento da cooperação política e económica entre países. Nos programas de cooperação e intercâmbio cultural internacional, o Governo promove o reforço dos seus laços com todos os países, independentemente dos sistemas políticos e localização geográfica. Ao mesmo tempo, o Governo reserva atenção especial ao reforço dos laços de amizade e cooperação com os países da região e com os países falantes de Português” (Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação, 1997).

Uma vez aprovada a política, à semelhança de como se procedeu com as matérias ligadas ao património cultural aos espectáculos e as casas de cultura, deviam ser produzidos e aprovados instrumentos jurídico-legais em forma de regulamentos, leis e/ou estratégias que pudessem operacionalizar o desenvolvimento do turismo cultural e da diplomacia cultural. É no âmbito desta última, que se inseririam os centros culturais de Moçambique no exterior os quais fariam o papel de instituições de diplomacia cultural, ligando-se com as suas congéneres, quais sejam centro cultural Franco Moçambicano, o Instituto Cultural Moçambique Alemanha, Instituto Camões, entre outros.





Nesta conformidade, urge, por um lado, a revisão da Política Cultural de Moçambique e Estratégia da sua Implementação e, por outro, a identificação de matérias que versando sobre a política, impõe a sua implementação efectiva à aprovação de políticas subsidiárias, quer seja, em forma de regulamento, quer seja em forma de lei.

Todavia, ainda que não se faça essa tal revisão da política, urge a criação desses centros culturais no exterior que já se encontram em preparação. No entanto, o surgimento destes não pode ser de forma arbitrária, deve, isso sim, ser precedido pela aprovação de um instrumento jurídico-legal que defina sua natureza, âmbito de actuação, estrutura orgânica, o seu quadro de pessoal, sua relação com as embaixadas e com o país, fontes de orçamentação, mecanismos de mobilização de fundos adicionais e respectiva gestão, entre outros aspectos.

Em termos de perspectivas, tanto o turismo cultural como a diplomacia cultural podem constituir alicerces respectivamente de desenvolvimento socioeconómico e do relançamento da identidade e dignidade de Moçambique na diáspora. Para tanto, afigura-se assaz importante a revisão e a actualização legislativa, como referimos anteriormente, investimento na formação do pessoal e dos artistas e intensificação de estudos científicos sobre a diversidade cultural que caracteriza Moçambique, bem assim a divulgação destes e das habilidades artísticas resultantes desta diversidade dentro e fora do país.





Considerações Finais

Resumido e concatenando, não obstante a relação que parece óbvia e natural na simbiose cultura e turismo, ainda se afigura relevante o aperfeiçoamento de métodos de planificação e orçamentação e incremento de investimento nas duas áreas.

Por outro lado, torna-se importante encontrar mecanismos de modo a promover a cultura nos locais de consumo turístico, a introdução de incentivos de modo a que, pelo menos uma vez por semana, haja a actuação de músicos locais nas estâncias turísticas, casas de pastos, hotéis, restaurantes, associações, casas e/ou centros culturais de Moçambique no exterior.

Assim, estaríamos não só a contribuir significativamente para geração de renda para os artistas e nas comunidades receptoras do turismo, como também a contribuir para a promoção da nossa cultura além-fronteiras.

Como forma de contribuir para um desenvolvimento profícuo da cultura e do turismo em Moçambique, seria de capital importância a elaboração de estudos específicos designadamente:

- a) Sobre o desenvolvimento do turismo cultural em Moçambique;
- b) Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Moçambique e sua aplicabilidade no turismo;
- c) Experiências do uso da diplomacia cultural na promoção da cultura, turismo e imagem do país;
- d) Feitura de um levantamento da legislação pertinente e respectiva produção de propostas de instrumentos jurídico-legais, entre outros.





Referências Bibliográficas

COSTA, Carlos, et tal (2014) *Produtos e Competitividade do Turismo na Lusofonia*. Vol II. Lisboa: Escolar Editora.

COSTA, Carlos, et tal (2014) *Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios*. Vol. I. Lisboa: Escolar Editora.

DIAS, Reinaldo (2008) *Introdução ao Turismo*. 1ª Edição. São Paulo: Atlas.

FERREIRA, J.M et al (2013) *Sociologia*. Lisboa: Escolar Editora

HENRIQUES, Cláudia (2003) *Turismo, Cidade e Cultura*. 1ª Edição. Lisboa: Sílabo.

MINISTÉRIO DO TURISMO (2004) *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013)*. Maputo, 12 de Outubro.

NYE, Joseph (2000) *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva

OMT (2001) *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca.

PEREIRA, Patrícia & BAPTISTA, Luís Vicente (2011) *Transformação Urbana Experiências Locais*. Fórum Sociológico.

Resolução nº 12/97 de 10 de Junho. *Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação*. Boletim da República, 1ª serie - Número 23.

SANTOS, Rogerio (2007) *Indústrias Culturais: Imagens, Valores e Consumo*. Lisboa: Edições 70.

SADDIKI, Said (2009) *El Papel de la Diplomacia Cultural en las Relaciones Internacionales*. Número 88, p. 107-118.

UNCTAD (2009) *Fortalecendo as Indústrias Criativas para o Desenvolvimento em Moçambique*. Genebra: UNESCO.

Fontes Electrónicas

BIONDO, Vinicius Menegueli (2012). "Relações Culturais Internacionais: Uma Trajectória Brasileira". Disponível em [www.estudioslatinoamericano.cl/.../007011as-relaciones-culturales in de VM Biondo](http://www.estudioslatinoamericano.cl/.../007011as-relaciones-culturales-in-de-vm-biondo).

RIBEIRO, Edgard Telles (2011). "*Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*". Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0512_Dcultural.

TELES, Ana Filipe (2009). "A dimensão cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à actualidade". 91 Folhas "Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira".



Universidade Nova de Lisboa”-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em <http://www.cvc.instituto-camoes.pt/.../2111-a-dimensao-cultural-da-politica-externa>.

Folhetos

BRITISH COUNCIL (2016) Aprender Inglês No British Council. Maputo

Instituto Cultural Moçambique Alemanha (2016) Programa Maio - Agosto 2016. Goethe Institut.

